

Aviso n.º 17760/2008

Por decreto do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 15 de Setembro de 2007, foi concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Eunice Marlene Semedo Monteiro, natural de Santa Catarina, República de Cabo Verde, de nacionalidade cabo-verdiana, nascida a 22/12/1987, a qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes, depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 253/94, de 20 de Outubro e pelo Decreto-Lei n.º 37/97, de 31 de Janeiro.

5 de Junho de 2008. — Pelo Director-Geral, a Chefe de Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal*.

Aviso n.º 17761/2008

Por decreto do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 19 de Agosto de 2007, foi concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Carla Isabel Lima Gomes Correia, natural de Bissau, República da Guiné-Bissau, de nacionalidade guineense, nascida a 20/04/1982, a qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes, depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 253/94, de 20 de Outubro e pelo Decreto-Lei n.º 37/97, de 31 de Janeiro.

5 de Junho de 2008. — Pelo Director-Geral, a Chefe de Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal*.

Aviso n.º 17762/2008

Por decreto do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 23 de Dezembro de 2007, foi concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Getúlia Vieira, natural de Bissau, República da Guiné-Bissau, de nacionalidade guineense, nascida a 19/08/1968, a qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes, depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 253/94, de 20 de Outubro e pelo Decreto-Lei n.º 37/97, de 31 de Janeiro.

5 de Junho de 2008. — Pelo Director-Geral, a Chefe de Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal*.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA**Direcção-Geral da Política de Justiça****Despacho n.º 16246/2008**

I — Pelo aviso n.º 5657/2008 publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 42, parte L, de 28 de Fevereiro de 2008, publicitado no jornal *Diário de Notícias e Público*, de 6 de Março de 2008, e no jornal “Expresso”, de 8 de Março de 2008, e divulgado na Bolsa de Emprego Público, em 10 de Março de 2008, foi aberto procedimento concursal com vista ao provimento do cargo de Chefe de Divisão de Estatísticas da Justiça da Direcção-Geral da Política de Justiça do Ministério da Justiça.

II — Concluído o respectivo procedimento concursal e mediante proposta de nomeação fundamentada do correspondente júri, nos termos do disposto nos n.ºs 8, 9 e 10 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na redacção conferida pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, nomeio em comissão de serviço, pelo período de três anos, no cargo de Chefe de Divisão de Estatísticas da Justiça da Direcção-Geral da Política de Justiça do Ministério da Justiça, o Licenciado Carlos Jorge Rodrigues da Silva, com fundamento na aplicação dos métodos de selecção e respectivos critérios, definidos na Acta n.º 1, e nos resultados nestes obtidos pelo referido candidato e demonstrados pelas Actas n.ºs 2, 3 e 4 do presente procedimento.

III — A presente nomeação, que tem cabimento orçamental no orçamento de funcionamento da Direcção-Geral da Política de Justiça do Ministério da Justiça para 2008, produz efeitos a partir do dia 9 de Junho de 2008.

IV — De acordo com o disposto no n.º 10, do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na redacção conferida pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, anexa-se a nota relativa ao curriculum académico e profissional do nomeado.

27 de Maio de 2008. — A Directora-Geral, *Rita Brito*.

Nota curricular

Nome: Carlos Jorge Rodrigues da Silva.

Data de nascimento: 11 de Novembro de 1976.

Nacionalidade: Portuguesa.

Habilitações académicas: Mestre em *E-Business & E-Commerce* pela Universidade Politécnica de Madrid; Licenciado em Gestão e Administração Pública pelo Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade Técnica de Lisboa.

Outras habilitações: curso de Estudos Avançados em Gestão Pública pelo Instituto Nacional de Administração.

Categoria Profissional:

Desde Fevereiro de 2007 — Técnico Superior Principal;

De Agosto de 2004 a Fevereiro de 2007 — Técnico Superior de 1.ª Classe;

De Agosto de 2003 a Agosto de 2004 — Técnico Superior de 2.ª Classe.

Experiência profissional:

Desde Fevereiro de 2007 — Técnico da Divisão de Políticas e Coordenação Interministerial da Direcção de Serviços de Arquitectura, Segurança e Qualidade do Instituto de Informática com responsabilidades técnicas no apoio ao Conselho Coordenador do Ministério das Finanças e Administração Pública (MFAP), nomeadamente na avaliação de projectos de investimento em sistemas e tecnologias de informação do Ministério candidatos a financiamento PIDDAC, definição do âmbito da função Coordenação e respectivo Modelo de Gestão, caracterização dos SI/TI do MFAP e ponto de situação da Gestão Documental Electrónica no MFAP. Co-responsável, no âmbito das funções de apoio à gestão interna, pelo desenvolvimento do Modelo de Custeio do Instituto de Informática;

De Agosto de 2003 a Fevereiro de 2007 — Técnico da Divisão de Coordenação Intersectorial da Direcção de Serviços de Sistemas de Informação do IIMFAP, com participação em diversos projectos relacionados com o planeamento, gestão e avaliação de sistemas e tecnologias de informação: Desenvolvimento da componente de Avaliação Financeira e pelo desenvolvimento das vertentes de Avaliação Estratégica, Avaliação de Risco e Avaliação Global da Metodologia de Avaliação de Investimentos (MAIS); Definição das especificações técnico-funcionais relativas ao desenvolvimento do suporte tecnológico à MAIS; Estudo de âmbito dos Serviços Partilhados de POCP; Avaliação global do exercício de Planeamento Estratégico de Sistemas de Informação de suporte ao SIGRAP;

De Maio de 2000 a Agosto de 2002 — Técnico de contas na empresa CERB — Contabilidade e Gestão, Lda.

Despacho (extracto) n.º 16247/2008

Por meu despacho, de 29 de Maio de 2008:

Maria Teresa de Araújo Matos, Técnica de 1.ª Classe, da carreira técnica, do quadro de pessoal da Direcção-Geral da Política de Justiça do Ministério da Justiça — reclassificada na categoria de Técnica Superior de 2.ª Classe, da carreira técnica superior, escalão 1, índice 400, após aprovação no respectivo estágio, ao abrigo do disposto no artigo 12.º e artigo 90.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, com efeitos a partir de 18 de Maio de 2008.

(Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas).

30 de Maio de 2008. — A Directora-Geral, *Rita Brito*.

MINISTÉRIO DO AMBIENTE, DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL**Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro****Despacho n.º 16248/2008**

Por despacho de 27 de Maio de 2008 da Vice-Presidente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro, em substituição do Presidente, ao abrigo do Despacho n.º 23937/2007, foram, Maria Isabel da Cunha Carvalho Roque da Cunha, Ercília Maria Gomes Parente Venâncio e Adélia Simões Rodrigues de Almeida, Assistentes Administrativas Principais do quadro de pessoal da ex-Comissão de Coordenação da Região Centro, nomeadas, precedendo concurso, na categoria de assistente administrativo especialista do mesmo quadro. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas).

4 de Junho de 2008. — A Vice-Presidente, *Teresa Pratas Jorge*.